

À
MCG EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS EIRELI
Sr. Marcos Cesar Gonçalves

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 0346-21

Assunto: Impugnação - Resposta - indeferida

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, não integrante da Administração Pública brasileira ou paraguaia. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (em cumprimento ao prescrito no art. 28º do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), os quais se encontram disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL).

Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua Norma Geral de Licitação, conforme consta no subitem 2.2.2 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da concorrência em epígrafe, não lhe sendo aplicável as leis de licitação do Brasil e do Paraguai.

Feitas as considerações iniciais após analisado o teor da impugnação interposta por V.Sa., concluímos pelo indeferimento do pleito, conforme as seguintes razões:

- a) Do item 4.1: necessidade de desmembramento do lote - itens independentes em um mesmo lote:

A escolha técnica da ITAIPU é adquirir o conjunto de equipamentos por um único fornecedor, o que justifica-se pela necessidade da ITAIPU em ter uma solução completa, capaz e eficiente para o mapeamento de Alta Definição Móvel Aerotransportada composta por RPAS e Equipamento Multisensor com sensor LIDAR. Esses equipamentos, mesmo que distintamente discriminados, funcionarão em conjunto, de acordo com as Especificações Técnicas e CBC.

O não fracionamento da licitação e apresentação da aquisição como uma solução única, diferente do solicitado pela empresa Impugnante, garantirá a compatibilidade entre os equipamentos e a validade da solução para utilização da equipe técnica da ITAIPU.

Por fim, quanto ao regime de contratação, a ITAIPU definiu o “preço unitário”, pois neste caso era possível definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado. Ademais, isso está relacionado com proporcionar à licitação um julgamento mais objetivo de preço e facilitar na gestão a medição dos serviços executados.

- b) Do item 4.2: das Especificações Técnicas dos RPAS - exigências inconsistentes com os equipamentos disponíveis no mercado - contradição com outras exigências legais e do próprio CBC:

Resposta (3.1.a) e (3.1.e): Pedido indeferido.

A ITAIPU necessita de uma solução de mapeamento que contenha o RPAS que suporte pelo menos 5,5 kg de carga embarcada para uso de interesse institucional. Diferentemente do argumento apresentado pela empresa impugnante, não justifica-se a redução do número mínimo de rotores de 6 (seis) para 4 (quatro), quando não alterada a carga mínima suportada pelo equipamento.

Resposta (3.1.c): Pedido indeferido.

A empresa impugnante propõe a alteração do limite de operação da temperatura de mínimo de -10° para -20° e máximo de 40° para 50°, restringindo mais a especificação nesse requisito. Essa solicitação vai contra o que a empresa impugnante apresentou durante a sua argumentação, onde foi citado o artigo 2° da NGL de ITAIPU:

Art. 2° - Os princípios básicos que regem os processos e procedimentos disciplinados nesta Norma são os da igualdade ou isonomia, da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, da razoabilidade e proporcionalidade, da economicidade, da competitividade, da celeridade, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, da eficiência administrativa, bem como aqueles princípios que lhes são correlatos e, para as licitações, prevalecerão, ademais, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

No artigo 3°, §1°, incisos I e II da Lei 8.666/1993, também citado pela empresa impugnante, verifica-se o que :

É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo[...].

Mantém-se, portanto o limite de operação entre os intervalos de -10° a 40°, sem prejuízo de a empresa impugnante apresentar na licitação equipamento melhor, conforme o solicitado.

Resposta (3.1.d): Pedido indeferido.

No Brasil a Agência Nacional de Telecomunicação (ANATEL) é quem regulamenta os produtos para telecomunicação em todo o território nacional.

Ressaltamos que o regulamento no arcabouço jurídico brasileiro é uma fonte de direito secundária, devendo estar subordinada a uma lei. Isso posto, o exigido no item 3.1.d do CBC subentende-se que a exigência da regulamentação da ANATEL apresentada no detalhamento do objeto, pressupõe o atendimento à legislação vigente, no caso a Lei 9.472/1997 que da origem Resolução n° 715/2019 da ANATEL, que regulamenta a homologação de produtos para telecomunicação, ou seja, a ITAIPU em hipótese alguma dispensou a necessidade da homologação junto ao órgão competente.

Adicionalmente, a ITAIPU entende que a verificação da exigência da homologação se dará quando da entrega do equipamento em ITAIPU. Considerando que esse trâmite pode ser moroso em decorrência da pandemia, decidimos alterar o prazo de entrega conforme descrito abaixo:

(...)

O prazo para entrega do RPAS (Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada) e Equipamento Multisensor com sensor LIDAR e Sistema de Imageamento para colorização da nuvem de pontos é de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da Ordem de Início de Serviço (OIS). O prazo para a execução da entrega técnica é de até 7 (sete) dias úteis após o recebimento dos equipamentos e acessórios na UHI (Usina Hidrelétrica de ITAIPU).


O prazo para a execução das capacidades técnicas é de no máximo 90 (noventa) dias após à aprovação da entrega técnica, sendo a data indicada a critério de ITAIPU. Não obstante, a ITAIPU altera o prazo “M1” para entrega do RPAS (Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada) e Equipamento Multisensor com sensor LIDAR e Sistema de Imageamento para colorização da nuvem de pontos para até 120 (cento e vinte) dias, conforme Aditamento 6.

Resposta (3.1.h): Pedido indeferido.

A alteração proposta pela consultante não contempla a dupla redundância em cada um dos itens (IMU e GNSS). Permanecem inalteradas as condições estabelecidas no edital.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail: compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,


Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

_____/_____/_____
(identificação e assinatura)

Data: